

transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com celso furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982)*

transnationalization of capital and the limits of developmentalism: a dialogue with furtado on the brazilian experience (1956-1982)

Fábio Antonio de Campos**

Departamento de Teoria Econômica, Núcleo de História Econômica, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Fernando Henrique Lemos Rodrigues***

Departamento de Ciências Econômicas e Exatas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rios, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Partindo dos dilemas da formação histórica brasileira diante da transnacionalização do capital, o objetivo deste artigo será mostrar como a conexão definida por Celso Furtado entre as empresas transnacionais (ETN) e o mercado financeiro internacional impõe limites ao desenvolvimento nacional, entre os anos 1950 e o limiar dos anos 1980. Nossa hipótese é de que, ao consolidar a dependência externa brasileira em relação ao capital internacional a partir desse marco, criaram-se os principais condicionantes para a crise final do desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Transnacionalização do capital. Desenvolvimento nacional. Capital internacional. Empresas transnacionais. Celso Furtado.

ABSTRACT

Based on Brazilian historical formation dilemmas facing the transnationalization of capital, this article aims to show how the connection between transnational corporations (TNCs) and international financial markets impose limits on national capitalist development between 1950 and the threshold of 1980s, as defined by Celso Furtado. Considering the transformations of international capital, our hypothesis is that the consolidation of foreign dependence in Brazil is determinant for the final crisis of developmentalism.

Keywords: Transnationalization of capital. National development. International capital. Transnational corporations. Celso Furtado.

* Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Submetido: 19 de fevereiro de 2014; aceito: 5 de junho de 2014.

** Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenador do Núcleo de História Econômica do Instituto de Economia, UNICAMP, Departamento de Teoria Econômica. *E-mail:* fcampos@eco.unicamp.br.

*** Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Instituto Três Rios/UFRRJ, Departamento de Ciências Econômicas e Exatas. *E-mail:* fhlemos@gmail.com.

Introdução

Em face da crise econômica atual, tem-se discutido a viabilidade de políticas de intervenção estatal e a mudança de paradigmas analíticos para repensar o desenvolvimentismo na economia brasileira, e assim superar o neoliberalismo. Originado de um longo processo de transnacionalização, o padrão mundial de acumulação vigente desarticulou, entretanto, as economias nacionais ao fragmentar as bases de extração e realização de valor, relativizando o campo de ação de políticas nacionais. Em economias periféricas como a brasileira, tal processo impõe uma subordinação externa que se caracteriza por aprofundar a natureza dependente e subdesenvolvida delas. Nesse sentido, a internacionalização produtiva da economia brasileira nos anos 1950 aliada ao período de endividamento externo dos anos 1960 e 1970 chancelou essa condição, revelada pela crise da dívida externa a partir de 1982.

Tendo em vista a revisão crítica das contribuições de Furtado, procuraremos explorar concepções tais como as de Sampaio Jr. (1999a) e Hadler (2012), que identificaram como questão central o impasse da formação histórica nacional diante da transnacionalização do capital. Ainda que tais autores tenham avançado nessa leitura, nosso objetivo será aprofundar as implicações da conexão entre as filiais de empresas transnacionais (ETN) e o mercado financeiro internacional na formação histórica brasileira, fixando como eixo a unidade analítica da leitura furtadiana do fenômeno. Nossa hipótese é de que, ao consolidar a dependência externa brasileira em relação ao capital internacional a partir desse marco, criaram-se os principais condicionantes para a crise final do desenvolvimentismo¹.

¹ Nos anos recentes, um movimento de distintas orientações teóricas tenta resgatar o desenvolvimentismo como ideologia, autointitulado de “novo desenvolvimentismo”. Para essa perspectiva, o desenvolvimentismo analisado no presente artigo seria o “velho desenvolvimentismo”. Como ficará claro ao longo da evolução do presente artigo, um de nossos intuítos é o de justamente subsidiar avaliações das novas interpretações e evidenciar em que medida elas superam (ou não) os dilemas e aporias da perspectiva anterior. Uma introdução ao “novo desenvolvimentismo” em suas diferentes vertentes pode ser conferida em Bresser Pereira (2010), Cepêda (2012), *Economia e Sociedade* (2012), Mercadante (2010), Mollo e Fonseca (2013), Rede Desenvolvimentista (2014), Sicsú, Paula e Michel (2005). Para críticas ao “novo desenvolvimentismo”, ver Castelo (2012), Gonçalves (2012, 2013) e Sampaio Jr. (2012).

Para tanto, nosso trabalho se inicia com a discussão dos conceitos de desenvolvimento, desenvolvimentismo e transnacionalização do capital. Em seguida, delimitaremos entre 1956 e 1982 as principais fases da transnacionalização na economia brasileira. A partir da centralidade do conceito de sistema econômico nacional e sua crise nos anos 1970, passamos finalmente ao diálogo com Furtado retomando a oposição entre transnacionalização do capital e desenvolvimento nacional. Por último, faremos algumas considerações finais.

1. Desenvolvimento, desenvolvimentismo e transnacionalização

A fim de caracterizarmos como se relacionam a questão nacional e a transnacionalização do capital, faz-se necessário, desde logo, entendermos a definição de desenvolvimento para Furtado, que permeia todo este trabalho. Para o autor,

a ideia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. Nela se funda o processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo. Dá-se como evidente que este interage com o meio no empenho de efetivar suas potencialidades. (Furtado, 2000, p. 7)

Sob essa perspectiva, a temática ganha amplitude, exigindo uma discussão que supera as definições estritamente econômicas, visto que “o estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social” (Furtado, 2000, p. 7).

O debate sobre o desenvolvimento alia-se à análise dos movimentos de transformação das estruturas a partir da ação humana, o que faz Furtado recorrer à história e à teoria social para precisar os termos do problema:

Existe alguma evidência de que por toda parte, no espaço e no tempo, a invenção cultural tende a ordenar-se em torno de dois eixos: a busca da eficácia na ação e a busca de propósito para a própria vida. É o que desde Max Weber se tem chamado de *racionalidade formal* ou *instrumental* e *racio-*

nalidade substantiva ou *dos fins*. A invenção diretamente ligada à ação supõe a existência de objetivos previamente definidos. (Furtado, 2000, p. 7)

Em síntese, são as ações individuais e coletivas, permeadas por valores construídos em determinado espaço e tempo, que dão sentido ao conceito de desenvolvimento.

A aproximação ao tema por intermédio de Furtado considera que “a reflexão sobre a problemática do desenvolvimento econômico procura desvendar os dilemas enfrentados pela sociedade nacional para submeter a incorporação de progresso técnico aos desígnios da coletividade” (Sampaio Jr., 1999a, p. 203). Destarte, está descartada qualquer espontaneidade do processo referido, a partir do mero rearranjo das forças produtivas guiado por decisões privadas de gasto em busca de valorização. O Estado nacional seria o mediador das tensões que permitem, em condições excepcionais, a prevalência da vontade coletiva e da criação transformadora sobre o ímpeto da acumulação individual.

Portanto, só a partir do controle político sobre a reprodução econômica demarcada por um determinado território nacional, de forma a socializar os frutos do progresso técnico, é que se pode pensar em *desenvolvimento nacional* enquanto emancipação civilizatória de uma sociedade. Nesse sentido, para Furtado, o *desenvolvimento capitalista* pode ser um meio para alcançar tal objetivo diante das circunstâncias históricas, mas não garante *a priori* o desenvolvimento nacional. *Desenvolvimentismo*, por sua vez, constitui-se como uma manifestação ideológica derivada do desenvolvimento capitalista de um período histórico. Tal processo em sua totalidade pode ou não encaminhar o desenvolvimento nacional como destino de uma coletividade, uma vez que depende das diferentes correlações de força entre economia e sociedade.

O desafio, assim, é entender o processo histórico pelo qual um determinado espaço econômico nacional constrói condições objetivas e subjetivas para se apropriar, em seu território, do progresso técnico proporcionado pelo modo de produção capitalista. No caso da formação histórica brasileira, a radical crise capitalista em 1929 abriu certas possibilidades de efetivar o desenvolvimento capitalista, quando a questão nacional pareceu animar os rumos do Estado durante a Era Vargas e o desenvolvimentismo como ideologia definia determinadas estratégias para a industrialização.

Embora tenha havido certas variações na forma como esse desenvolvimentismo se manifestou após a queda de Vargas em 1954, a rota industrializante seguiu movida pelo aprofundamento do desenvolvimento capitalista em Kubitschek e durante boa parte da ditadura militar. Sob a ideologia desenvolvimentista, o Estado (destacadamente suas instituições criadas com vistas à expansão da esfera produtiva), as burguesias internas e o capital internacional formaram um “tripé” que viabilizou a continuidade do desenvolvimento capitalista brasileiro. Tal estrutura tinha no mercado interno sua principal mola propulsora de acumulação de capital, bem como no crescimento econômico liderado pela indústria a expansão da rentabilidade das classes dominantes, ao mesmo tempo em que servia como justificativa político-ideológica para exploração das classes subalternas. Dentro dos limites do padrão mundial de acumulação no pós-Segunda Guerra, tornou-se mais complexo o perfil de oferta industrial na economia brasileira, além da combinação de concentração dinâmica da renda e do endividamento externo, que garantiram, do lado da demanda, a consolidação de um mercado interno diferenciado na periferia.

Ainda que o desenvolvimento capitalista brasileiro tenha avançado, as contradições entre dependência externa e subdesenvolvimento, marcadas pela crescente associação ao capital internacional e pelo aumento da desigualdade social, longe de serem superadas, se antagonizaram por uma polarização social, revelando os principais contornos da “revolução brasileira”². Em síntese, havia dois projetos em disputa: o primeiro, que almejava submeter o desenvolvimento capitalista a um controle político que o transformasse em um verdadeiro desenvolvimento nacional, dotado de força revolucionária suficiente para suplantar a segregação social e o domínio imperialista sobre a sociedade brasileira. O segundo era de aperfeiçoar o capitalismo brasileiro sem confrontá-lo, imprimindo certas reformas institucionais que viabilizariam a indústria pesada a partir da dependência externa e do fortalecimento da associação das burguesias internas com o capital internacional, ao mesmo tempo em que funcionaria como força contrarrevolucionária, a fim de bloquear as reformas

² A discussão sobre esses anos pertence a um debate clássico do pensamento social brasileiro e refere-se à temática da revolução brasileira. Para o entendimento desse período, podemos citar, entre outras obras centrais, as de Prado Jr. (1957, 1966), Sodré (1997), Furtado (1962) e Fernandes (1976).

sociais delineadas pelo processo de revolução brasileira. A partir do Golpe de 1964, essa última via triunfou, e parte de sua conquista deve-se aos próprios limites do desenvolvimentismo perante a transnacionalização do capital.

Para tanto, é necessário delimitarmos historicamente a transnacionalização do capital. O fenômeno se originou da maturação capitalista decorrente da Segunda Revolução Industrial no final do século XIX, cujos autores como Hobson (1981, 1983), Hilferding (1985), Bukharin (1984), Kautsky (2008), Lenin (1979), Luxemburg (1985), Schumpeter (1961), Landes (2005), Chandler (1998), entre outros, já apontavam a conquista de novos mercados por meio de investimentos internacionais como estratégia essencial da grande empresa resultante do imperialismo – categoria histórica entendida aqui como um novo estágio do capitalismo, que se materializa em distintas formas, como a exportação de capitais, a concorrência acirrada por parâmetros monopolistas, a disputa por territórios e áreas de influência, a consolidação de oligarquias financeiras e a rivalidade entre elas exposta em todas as partes da economia mundial, com implicações militares e bélicas. É em tal fase superior do modo de produção capitalista que se estabelecem os nexos essenciais para transformação da grande corporação em transnacional, visto que, nessa quadra histórica, ela se corporificou na própria extroversão do capital enquanto necessidade de reprodução monopolista e financeira.

Passada a Segunda Guerra Mundial, tal processo se fortaleceu diante da recuperação das economias centrais europeias e da própria expansão da grande empresa estadunidense chamada por Servan-Schreiber (1968) de *O desafio americano*. Uma vez que a economia europeia era estimulada por investimentos estadunidenses, suas empresas se fortaleciam a ponto de confrontarem as próprias filiais dos EUA. Em busca de crescente rentabilidade como forma de defender suas taxas de lucro, essas empresas transnacionais (ETN) europeias, e depois as japonesas, exportaram suas plantas produtivas e seus padrões de consumo para a periferia. Mas não só isso, através de novas forças produtivas, essas empresas exportaram também relações sociais até então inéditas, que originaram, por exemplo, a industrialização pesada no Brasil.

A natureza desse processo foi exposta por Galbraith (1988) em *O novo Estado industrial*, assim como discutida por Hymer e Rowthorn (1973), Gilpin (1975) e também Coutinho (1975). Já a assimilação da transna-

cionalização no espaço periférico, e em especial na América Latina, foi tema de vários estudos reunidos em dois volumes com o título de *Industrialización e internacionalización en la América Latina*, organizados por Fajnzylber (1980). Outro debate que se abriu diante do mesmo fenômeno foi sobre os determinantes do investimento direto estrangeiro (IDE), em que se destacaram os trabalhos de Hymer (1960, 1982, 1983), Vernon (1966), Kindleberger (1967, 1969), Caves (1972), Dunning (1972, 1973, 1981), entre muitos outros³. No campo da crítica à economia política, várias obras procuraram entender a transnacionalização como mais um estágio imperialista, tendo a hegemonia estadunidense um papel singular, como mostrou Baran e Sweezy (1974), Magdoff (1972), Mandel (1985), Brown (1974), Kemp (1976), Michalet (1983), Andreff (2000), Brenner (2003), Panitch e Gindin (2006) e muitos outros.

Ao final dos anos 1960, entretanto, o fenômeno da transnacionalização sofreu uma transição de sua dominância essencialmente produtiva para uma dimensão crescentemente financeirizada, tendo no nascimento dos mercados *offshore* e na crise dos anos 1970 o estopim para uma profunda mudança no padrão mundial de acumulação identificada pelo aumento da internacionalização financeira e pela mutação de processos gerenciais, técnicos e produtivos, intensamente analisada por diversos autores como Aliber (1971), Andreff (2000), Braga (1997), Braga e Cintra (2004), Chesnais (1995, 1996, 1998, 2005), Coutinho (1992), Coutinho e Belluzzo (1996), Kregel (1996), Scherer (1999), Sefarti (1998) e Sunkel e Griffith-Jones (1990). Todos de algum modo pretenderam decifrar o nascimento de um período de mundialização financeira cuja transnacionalização do capital significou um momento diverso daquele da internacionalização dos mercados internos, em que o capital internacional deixou de organizar-se por um regime centralizado de acumulação que tinha na escala nacional sua estratégia de valorização. Emergiu um outro perfil, em que tanto a geração quanto a realização de valor passaram a ter como referência uma escala global, cujo dinamismo se deslocou para a dominância financeira⁴.

3 Uma síntese sobre esse debate por ser vista em Gonçalves (1992).

4 Partimos do conceito de mundialização financeira a partir da análise de François Chesnais, particularmente no “Prefácio à edição brasileira” de 1998 e na “Introdução geral” do livro que ele coordena. Para o conceito de regime centralizado de acumulação, inspiramo-nos na análise de Reich (1994).

Na América Latina, e em particular no Brasil, a assimilação da internalização produtiva a partir dos anos 1950 foi interpretada por três vertentes ideológicas⁵: a liberal, a estruturalista e a comunista. A liberal defendia o ingresso de capital internacional e sua remuneração sem qualquer restrição estatal, com argumento de que isso favoreceria a industrialização, pois a modernização efetivada pelos frutos do progresso técnico responderia pelo aumento de renda e do emprego (Campos, 1963; Gudín, 1965). A estruturalista, boa parte dela originada da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), também não se opunha aos investimentos internacionais, mas entendia que era necessário discipliná-los a partir da formação de um sistema econômico nacional que dotasse o país de maior autonomia financeira e tecnológica (Furtado, 1962). Sem a necessidade de recorrer ao capital internacional para implantar as forças produtivas, a vertente comunista associada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) vislumbrava, por sua vez, um tipo de industrialização com total soberania via planificação estatal da economia, assentada em uma ampla reforma agrária e intensa distribuição de renda (Moura, 1960; Prado Jr., 1957, 1966, 1970; Sodré, 1997).

Todavia, com a crise dos anos 1960 que originou o Golpe de 1964, a industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento nos moldes cepalinos recebeu inúmeras críticas, em que a vertente comunista reformulou suas teses, enquanto a liberal se tornou praticamente a opinião oficial dos governos ditatoriais. Nesse sentido se recolocava a problemática da autonomia das economias latino-americanas diante da transnacionalização (Palma, 1987), em que surgiram várias teorias da dependência, tal como a tese de Frank (1970, 1980) do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” diante do aprofundamento da subordinação das economias periféricas ao imperialismo⁶. Com base nessa controvérsia, subdividiram-se duas correntes teóricas sobre a dependência⁷.

Iniciando pelas análises de Marini (1974) e Fernandes (1976), cada qual com uma determinada apropriação do método marxista, a primeira corrente defendia que esgotara a via progressista da industrialização

5 Tal classificação pode ser referenciada em Bielschowsky (2000).

6 Agregam-se a esse tipo de abordagem trabalhos como o de Singer (1982) e Oliveira (1977).

7 Seguimos a sugestão de Hadler (2012).

em economias dependentes como a brasileira, visto que na essência elas haviam se tornado ao mesmo tempo antissociais, antidemocráticas e antinacionais e, portanto, aprofundavam as mazelas sociais ao invés de eliminá-las. Dessa forma, a única superação possível do subdesenvolvimento seria negando radicalmente o capitalismo por meio de uma revolução socialista⁸.

Representada por autores como Cardoso e Faletto (1970), Tavares e Serra (1972) e Mello (2009), a outra corrente defendia ser possível resgatar o caráter progressista da industrialização, mesmo que de forma dependente e associada. O que estava em jogo nessa abordagem era a crença de que o dinamismo industrial mesmo transnacionalizado, ao se confrontar com o poder estatal, poderia forçar a elevação dos níveis de bem-estar da

⁸ As distintas formas de apropriação do método marxista refletiam-se em diferentes visões sobre a concretização da revolução socialista. Em um ensaio de 1969, no calor da conjuntura, marcada pelo AI-5 e por reações e encorpamento da luta armada, Ruy Mauro Marini destacou-se por atribuir ao período 1964-1968 a conformação de um ponto de inflexão estrutural e, portanto, irreversível da dinâmica da luta de classes no Brasil. A burguesia empurrara o cenário político à ditadura e desferira um golpe mortal ao reformismo. Como resultado, a esquerda revolucionária amadurecera e tornara-se pronta para desenraizar o reformismo das massas. A luta armada constituía-se, no referido contexto, a única real forma de viabilização do socialismo. As posições do autor serão revistas, ao longo dos anos 1990, em direção à possibilidade de outras estratégias de luta, sem nunca perder a orientação revolucionária e socialista, como revelam rascunhos recolhidos em anos posteriores. Para a primeira das posições, ver Marini (1970); para a revisão, Marini (1992). Por sua vez, Fernandes notabilizou-se por uma revisão conceitual nos anos 1970, em três livros fundamentais, editados durante seu exílio, quando se posiciona de maneira mais radical dentro da tradição revolucionária brasileira. O autor define a ditadura civil-militar brasileira como um regime autocrático de curta duração, que tensionava para dois tipos de mudança: uma revolução dentro e outra contra a ordem burguesa. A primeira referia-se a uma possibilidade de revolução democrática e nacional que erigisse um capitalismo de Estado. A segunda tratar-se-ia de uma desagregação revolucionária da ordem burguesa, a partir da qual o eixo de construção de uma nova ordem socialista emergiria. Coerente com a militância empreendida em seu retorno ao Brasil, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o autor consolida uma visão ainda mais radical diante da persistência da ditadura e das contradições sociais criadas em sua evolução histórica, caracterizando a revolução brasileira por um processo que, necessariamente, levaria à fusão das questões democrática, nacional e proletária, sob o comando das classes trabalhadoras rurais e urbanas. A coerência de Fernandes consiste em não abandonar a perspectiva de que a história persiste como a única portadora da resolução do dilema entre reforma e revolução para a superação da dependência e do subdesenvolvimento. As primeiras formulações estão em Fernandes (1973, 1975, 1976) e as últimas constam em Fernandes (1981, 1995).

maior parte da coletividade, impondo politicamente um esquema de barganhas entre os capitalistas brasileiros e os transnacionais, a cada conjuntura histórica redefinida pelas vicissitudes do padrão mundial de acumulação.

Em resumo, esse novo marco interpretativo lastreado pelo contexto das ditaduras latino-americanas e pelo aumento da dependência em relação ao capital internacional (Faletto, 1998) fez com que Furtado revisse suas formulações originais, radicalizando sua crítica em relação aos efeitos da transnacionalização do capital sobre as economias periféricas. É justamente a partir dessa radicalização que temos como objetivo mostrar a releitura de Furtado sobre os reflexos da transnacionalização do capital na economia brasileira que culminariam na crise do desenvolvimentismo. Embora alguns trabalhos recentes tenham analisado esse processo numa perspectiva de longa duração, como o de Nonnenberg (2002), Moraes (2003), Benayon (2005), Costa (2008), Arend (2009), e com isso trouxeram novos resultados empíricos e interpretativos sobre o tema, foi Furtado que indicou esse caminho, e é a partir dele que pretendemos mostrar a concepção de unidade analítica entre a época de ingresso das novas empresas transnacionais na economia brasileira e o endividamento externo a partir da ditadura militar, resultando na crise da dívida externa nos anos 1980.

É preciso lembrar que autores como Santos (1998), Sampaio Jr. (1999a, 2008), Vieira (2007), Vieira (2010) e Hadler (2012) salientaram essa questão em Furtado, mesmo assim, acreditamos que a interpretação sobre as diferentes fases de transnacionalização da economia brasileira no que se refere ao IDE e os empréstimos externos originados do euromercado merece ser aprofundada. Como forma de contextualizar a transnacionalização da economia brasileira para compreendermos o legado de Furtado, mostraremos a seguir as principais fases que compõem essa unidade.

2. Transnacionalização e desenvolvimento capitalista brasileiro

2.1 Internacionalização dos mercados internos

Caracterizada por uma expressiva massa da população com renda concentrada capaz de demandar produtos de alto valor unitário, a po-

tencialidade do mercado interno brasileiro constituiu o principal determinante de atração de IDE na segunda metade dos anos 1950 (Tabela 1). Do ponto de vista externo, essa atração também foi resultado de uma estratégia de defesa de acumulação oligopolista imersa na concorrência imperialista. Internamente, ela representou uma associação dos interesses de acumulação das ETN com a realização das políticas enunciadas pelo Plano de Metas do Governo Kubitschek. O símbolo de tal junção de interesses se estabeleceu pelas condições extremamente liberais que a Instrução n. 113 da SUMOC de 1955 proporcionou, permitindo o ingresso sem cobertura cambial de investimentos externos nessa fase. Adicionalmente, a Lei de Tarifas de 1957 blindou da concorrência comercial o mercado interno para as ETN por meio das restrições impostas às importações que pudessem rivalizar com o similar nacional.

Dessa fase de internacionalização, o resultado foi o adensamento de certas cadeias produtivas e o surgimento de ramos industriais mais complexos, que permitiu a implantação da industrialização pesada. No entanto, é lícito lembrar que isso foi resultado de uma era mundial de acumulação capitalista que tinha na escala nacional o eixo de apostas para a valorização transnacional, reconhecendo no território brasileiro uma rentável possibilidade de retorno do capital internacional investido, e daí a exigência de proteção das fronteiras nacionais, e de políticas macroeconômicas com certo nível de discricionariedade, além de regimes institucionais adaptados a essa ordem, do que uma possível atitude mais autônoma do Estado brasileiro. Os requisitos para o ingresso de tais investimentos internacionais passaram por conquistas de diferentes graus de liberdade tanto na sua entrada, quanto na sua saída em forma de lucros. Dadas essas condições, os IDEs originados da Europa Ocidental, seguidos pelos estadunidenses, rumaram-se para os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. O ritmo de implantação dessas forças produtivas seguiu acima da capacidade de crescimento do mercado consumidor, e a oligopolização da economia doméstica respondeu ao mesmo tempo pela criação de novas necessidades de consumo.

Animada por sua valorização externa, a mobilidade do capital internacional não foi resultado da mera imposição reflexa de fora para dentro, mas uma conquista complementada e organizada internamente por uma dupla articulação, que envolve tanto mediações entre as classes vinculadas, através dos negócios e do consumo, quanto arranjos entre

Tabela 1 – Investimento direto estrangeiro no Brasil (US\$ milhões de 2008*)

	A**				A5	B	C	D	E	F	G	H	I	J						
	A1	A2	A3	A4											A4 - A3	A4 + B	D + E	C - F	Estoque	(B + F) / I
				A1 + A2 + A3																
Moeda	Mercadoria	Conversões	Líquido	Líquido sem conversões	Reinvestimentos	IDE total	Lucros e dividendos	Royalties e serviços em geral	Total de remessas	Saldo	Repatriação	Estoque	Taxa de lucro							
1956	230	345	0	575	575	323	898	155	207	362	536	0	12.723	5,4%						
1957	269	627	0	895	895	219	1.114	163	182	344	770	6	13.440	4,2%						
1958	134	535	0	669	669	109	778	188	201	389	389	0	13.833	3,6%						
1959	223	521	0	744	744	204	948	150	192	342	606	0	14.600	3,7%						
1960	237	356	0	593	593	234	826	234	240	473	353	0	15.397	4,6%						
1961	388	258	0	646	646	233	879	185	257	443	437	0	16.261	4,2%						
1962	207	207	0	414	414	378	793	108	174	282	510	0	17.111	3,9%						
1963	72	108	0	180	180	341	521	0	24	24	497	0	17.591	2,1%						
1964	135	34	0	168	168	348	516	0	36	36	480	0	18.154	2,1%						
1965	378	42	0	420	420	503	923	138	24	162	761	0	19.041	3,5%						
1966	348	87	0	435	435	499	934	217	29	247	688	0	19.604	3,8%						
1967	389	43	0	432	432	222	654	415	74	489	165	0	19.634	3,6%						
1968	340	18	0	358	358	272	630	477	397	874	-244	102	20.215	5,7%						
1969	715	38	0	753	753	736	1.489	448	515	963	526	16	20.829	8,2%						
1970	618	33	0	650	650	117	767	634	554	1.188	-421	35	21.037	6,2%						
1971	826	43	0	869	869	2.031	2.900	622	679	1.301	1.599	201	21.275	15,7%						
1972	1.593	84	0	1.677	1.677	1.000	2.678	816	766	1.583	1.095	274	14.488	17,8%						
1973	4.424	233	0	4.657	4.657	2.440	7.097	949	791	1.740	5.357	195	16.225	25,8%						
1974	3.782	199	0	3.981	3.981	1.609	5.590	1.049	893	1.942	3.648	232	19.290	18,4%						
1975	3.536	186	200	3.922	3.722	1.057	4.978	840	1.103	1.943	3.035	269	21.371	14,0%						
1976	3.278	173	266	3.716	3.450	1.331	5.047	1.243	1.178	2.421	2.626	159	23.703	15,8%						
1977	2.435	128	337	2.900	2.563	2.720	5.620	1.417	1.591	3.009	2.612	183	27.930	20,5%						
1978	2.725	303	467	3.495	3.028	2.849	6.344	1.648	1.727	3.375	2.969	362	32.812	19,0%						
1979	3.806	200	562	4.569	4.007	1.955	6.524	2.007	1.631	3.638	2.886	957	37.256	15,0%						
1980	3.193	355	95	3.643	3.548	304	3.947	747	1.470	2.217	1.729	354	38.458	6,6%						
1981	3.381	376	4	3.760	3.756	1.564	5.324	781	1.257	2.038	3.287	232	36.903	9,8%						
1982	2.108	234	277	2.619	2.342	3.010	5.629	1.132	1.043	2.175	3.454	277	37.231	13,9%						
1983	548	235	857	1.640	783	1.318	2.958	1.445	643	2.088	870	300	40.157	8,5%						

Observações e fontes:

* As fontes listadas abaixo foram deflacionadas para preços constantes de 2008, utilizando o IPA/EUA (FMI/IFS).

** Exclui repatriações de capitais e IDE brasileiro no exterior. A modalidade de IDE por conversão foi incluída no balanço de pagamentos a partir de 1978.

Elaboração própria, a partir de dados extraídos de vários números dos boletins da SUMOC e do Banco Central do Brasil.

setores modernos e arcaicos das classes dominantes dentro do aparato político-estatal. As frações internas de classe tinham no parceiro transnacional grandes oportunidades para sua acumulação, visto que resultaria em grande lucratividade a seus empreendimentos, ou mesmo pactos políticos locais. Longe de elas estarem munidas de um projeto de revolução burguesa clássica, objetivando autonomia nacional ao rivalizar com as burguesias transnacionais ou solidarizar-se com as demandas populares, seu objetivo foi ocupar o espaço político local, calibrando o nível de modernização a ser pretendido, por meio do controle estatal. Com isso, tais classes nativas viabilizariam seus ganhos e controlariam as massas populacionais ante o risco de depreciação de seus negócios, ao mesmo tempo em que preparariam o terreno para as filiais transnacionais desenvolverem suas atividades⁹.

Em suma, as burguesias internas e outras frações de classes se articularam às ETN de modo a constituírem um verdadeiro “bloco transnacional”¹⁰, que impôs reivindicações privadas em detrimento do interesse público. Se na época de Kubitschek os objetivos desse bloco se alinhavam com o governo, representados por grupos executivos de trabalho integrados ao cronograma do Plano de Metas, diante das mudanças socioeconômicas que se abriram no início dos anos 1960, eles foram contrariados, sendo necessário encontrar uma saída por meio da ditadura militar como veremos à frente.

2.2 Conexão com o sistema financeiro internacional

O esgotamento do ciclo de acumulação industrial do Plano de Metas gerou uma crise econômica de sobreinvestimentos por parte de setores de bens de consumo duráveis que superestimaram as bases do mercado interno; de outro lado, viu-se também uma crise de subinvestimentos em que setores de bens de capital e de bens intermediários se desenvolveram de maneira incompleta, ampliando a necessidade de importações de alto valor agregado, as quais eram imprescindíveis para reprodução

⁹ Essa análise foi fruto da interpretação de Fernandes (1976).

¹⁰ Nossa referência básica para essa questão são os seguintes autores: Fernandes (1976); Dreifuss (1981, 1986).

sistêmica de várias cadeias produtivas¹¹. Derivou-se então uma crise de financiamento tanto pelo esgotamento dos IDEs, como podemos ver no início dos anos 1960 na Tabela 1, quanto pela impossibilidade de manter o financiamento inflacionário expandindo o gasto público por meio de emissões monetárias primárias¹². Baixo investimento, desaceleração do produto, estrangulamento cambial, déficit público e inflação foram assimetrias de uma crise mais ampla ecoada por reivindicações populares e nacionalistas na época do governo João Goulart, tais como: reformas tributária, educacional e agrária; renegociação da dívida externa; Lei de Remessas de Lucro; e nacionalizações de empresas estrangeiras¹³.

O bloco transnacional do qual falamos, legitimado também pela política externa estadunidense, viu-se seriamente ameaçado em seus interesses, cujo problema se colocava em dois níveis. Em primeiro lugar, a mobilidade conquistada para entrada e saída de capitais estrangeiros estaria comprometida com a Lei de Remessa de Lucro de 1962, visto que ela criava, ou mesmo ressuscitava pressupostos varguistas, por meio de um código de registro de IDE conforme as necessidades da economia nacional, assim como proibia as remessas a partir dos reinvestimentos de lucro, podendo remeter apenas do capital inicial ingressado. Em segundo lugar, a crise também colocava para esse bloco a necessidade de ampliar seu espaço de mobilidade por meio da conexão direta das filiais estrangeiras à grande oferta de liquidez dos mercados *offshore* originados no euromercado. Utilizando-se da conspiração como estratégia política, o bloco por meio do Golpe de 1964 conquistaria os dois objetivos de uma só vez.

Por de trás da face autoritária e centralizadora do governo militar, a reforma financeira do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) realizou mudanças significativas no regime institucional de câmbio que permitiram ampliar as condições para maior mobilidade das ETN e, por sua vez, aprofundar nossa dependência externa. Dentre elas, destacamos as seguintes:

¹¹ Uma síntese da crise econômica desse período pode ser vista em Serra (1998).

¹² Os efeitos da crise e sua relação com a economia brasileira estão descritos em Pereira (1974).

¹³ Sobre a polarização social nesse período e o nacionalismo nos meios políticos da época, ver Gennari (1999) e Toledo (1991). Uma análise do sentido do Golpe de 1964 pensado na longa duração pode ser vista em Lima Filho (2007).

- a) liberação de remessas de lucro a partir do capital inicial e do re-investimento¹⁴;
- b) tributação progressiva das remessas de lucros e dividendos quando superasse os 12%; para remessas de juros e amortizações, contudo, não havia limite¹⁵;
- c) acordo bilateral com os EUA para incentivar o IDE¹⁶;
- d) autorização de intermediação direta e simplificada para a filial estrangeira captar empréstimos externos no sistema financeiro internacional¹⁷;
- e) autorização para intermediação de créditos externos para empresas nacionais, utilizando-se de bancos de investimentos e instituições financeiras estrangeiras¹⁸.

Essa liberalização cambial, combinada a certas medidas de diferenciação das taxas de juros internas das externas, viabilizou um novo ciclo de financiamento internacional, sobretudo a partir do final dos anos 1960 com aumento expressivo do IDE (Tabela 1) e dos empréstimos externos. Por um lado, tais incentivos permitiram financiar a expansão da economia brasileira nos anos do “Milagre Econômico” (1968-1973) mediante financiamento do consumo das famílias de médio e alto poder aquisitivo e do capital de giro das grandes empresas. Essa expansão esteve lastreada na estrutura produtiva preexistente (criada na época de Kubitschek), tendo como particularidade, entretanto, a ampliação dos estoques da dívida externa e a submissão da política macroeconômica ao bloco transnacional¹⁹.

Durante o período de 1968 a 1973, 54% dos empréstimos externos brasileiros tinham como tomador a filial estrangeira. Como mostram os dados da Tabela 2, os credores do total de empréstimos externos tinham na corporação não financeira privada participações elevadas, o que su-

¹⁴ Lei n. 4.131/62 modificada pela Lei n. 4.390/64.

¹⁵ Decreto n. 55.762/65.

¹⁶ Decreto n. 55.943/66.

¹⁷ Instrução n. 289/65 da SUMOC.

¹⁸ Resolução n. 63/67 do BACEN.

¹⁹ Segundo dados do IBGE de 2005, a dívida externa bruta brasileira saiu de um patamar de US\$ 2,7 bilhões em 1956 para 3,8 bilhões em 1965, 14,8 bilhões em 1973, chegando a 85,4 bilhões em 1982.

gere que grande parte desses recursos eram efetivados na relação matriz-filial. As subsidiárias tiveram vantagens na captação desses recursos, como forma de remessas de lucro disfarçadas, e na consolidação de seu poder oligopólico interno. Se, para remessas de lucro, havia certo controle com os impostos progressivos, para juros e amortizações remetidos não, o que permite entender essa forte intermediação financeira buscada pelas filiais.

Tal como mostra a Tabela 2, em 1968, 85% das operações de empréstimos externos tinham como objetivo o capital de giro das empresas, 76% da instituição devedora era filial estrangeira e 54% dos credores (70% em 1966) eram corporações não financeiras privadas. Em valores absolutos, somente para o ano de 1972 os empréstimos das filiais estrangeiras chegavam perto de US\$ 1,5 bilhão²⁰.

Tabela 2 – Endividamento externo e a participação dos setores (participação percentual)

Objetivo da operação	1966	1968	1971
Empréstimos totais	46,9	85,2	78,9
A – Capital de giro	46,5	84,1	70,9
B – Capital fixo	0,4	0,8	4,3
C – Capital de giro + fixo	-	0,3	3,7
Financiamentos totais	53,1	14,8	21,1
A – Bens de capital	51,5	14,8	13,8
B – Bens intermediários	0,2	-	0,1
C – Bens de capital + intermediários	1,4	0,0	7,2
Total	100,0	100,0	100,0
Propriedade da empresa devedora			
A – Estrangeira	44,2	76,3	60,0
B – Pública	46,4	6,3	3,9
C – Nacional privada	6,5	13,1	20,9
D – Indeterminada	2,9	4,3	15,2
Total	100,0	100,0	100,0
Natureza do credor			
A – Agência financeira internacional ou pública	1,6	1,9	-
B – Banco ou agência, financeira, privadas	29,3	44,0	64,8
C – Corporação não financeira privada	69,1	54,1	35,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pereira (1974).

²⁰ Para uma análise ampla sobre o tema, ver Davidoff Cruz (1999).

Posto que tanto o novo IDE quanto o empréstimo externo financiavam apenas o consumo corrente e o capital de giro das empresas, ou mesmo a compra de participações de empresas brasileiras que resultaria em um forte movimento de desnacionalização, as forças produtivas não avançavam em encadeamentos mais complexos, dotando a indústria pesada de uma maior evolução. O intenso endividamento no período tinha uma razão eminentemente financeira, em que o acúmulo de reservas impulsionava um movimento de especulação interna com ativos não monetários (títulos indexados), segundo os quais funcionavam como uma forma de comprimir os meios de pagamentos. A oferta desses papéis, por sua vez, provia os setores mais concentrados da economia, ou seja, a grande empresa, que aumentaria sua posição credora da dívida pública. Assim, a ditadura militar, ao permitir o acesso das ETN aos empréstimos externos ofertados a custos decrescentes pelo sistema financeiro internacional sem passar por um crivo de controle das autoridades monetárias locais, fez por aprofundar duplamente a autonomia do bloco transnacional sobre os centros internos de decisão. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as filiais obtinham recursos de fora, como forma de remunerar lucros disfarçados em juros para suas matrizes, era possível aumentar continuamente sua propriedade e a das grandes empresas privadas internas sobre os títulos públicos, em que o governo se tornava cada vez mais endividado e dependente ao perseguir medidas anti-inflacionárias (Pereira, 1974; Davidoff Cruz, 1999).

2.3 Estatização da dívida externa

Em meados dos anos 1970, a economia brasileira teve como desafio manter o crescimento industrial procurando impor uma diversificação produtiva, bem como mover a política econômica de modo a superar os constrangimentos da crise mundial. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel, que tinha na implantação de novas indústrias de bens intermediários e de bens de capital a maior prioridade, tentaria enfrentar esses desafios. Dispôs-se então da aposta de um planejamento intra e intersetorial calcado na empresa estatal. Assim, criaram-se novos instrumentos para estimular a transferência tecnológica, além de desenvolver canais internos de financiamento por meio de fundos setoriais subordinados ao BNDE (Lessa, 1998).

Um dos grandes problemas foi assumir um nível de centralização estatal se sobrepondo aos interesses privados do bloco transnacional, tendo por base um padrão financeiro extremamente dependente do financiamento internacional. Nesse momento, iniciou-se também um novo ciclo de internacionalização produtiva por meio do IDE de origem japonesa, seguido pelos estadunidenses e europeus, com vistas a explorar recursos naturais destinados ao mercado externo (Tabela 1).

Com raras exceções, como no caso da aviação ou de alguns ramos de máquinas e equipamentos, a centralização estatal teve diversas dificuldades de se firmar. Em primeiro lugar, a forma de articulação dos setores industriais tinha sua dinâmica definida ainda pela internacionalização dos mercados internos, cujo controle vinha das filiais estrangeiras do setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Mesmo as novas empresas estrangeiras que ingressaram, tiveram alguns projetos abandonados e outros só iriam amadurecer em meados dos anos 1980. Em segundo lugar, a possibilidade de desenvolver a capacidade tecnológica autônoma usufruindo de uma possível subordinação das ETN às *joint ventures* não foi possível diante do longo prazo de maturação em investimento em ciência e tecnologia, ou mesma na dificuldade de forçar a filiais transferirem *know-how* para as empresas locais, uma vez que estas se submetiam a cronogramas e padrões de eficiência vindos de fora sem capacidade ou interesse de sobrepor-se. Por último, temos a questão da dependência do financiamento externo, que se tornou a mais problemática de todas com a estatização da dívida externa (Zoninsein; Teixeira, 1983).

O fenômeno da estatização da dívida externa no Brasil deve ser entendido dentro de um período adverso que não se constitui como mera crise do petróleo, senão uma crise estrutural do capitalismo que incidiu sobre (a) o sistema monetário; (b) os novos campos de acumulação por meio de transformações no modo de concorrência intercapitalista; (c) os inéditos processos produtivos e gerenciais, ou mesmo na utilização de força de trabalho; (d) e na exigência do capital de um maior grau de mobilidade para a valorização financeira. Desse modo, o impacto que essa crise teve numa economia periférica como a brasileira necessariamente transformou e modificou as condições de acumulação das ETN aí instaladas. Nesse sentido, a primeira reação das filiais estrangeiras no Brasil foi assumir um movimento de desendividamento externo, estimulado por suas matrizes. Conforme podemos observar na

Tabela 3, os empréstimos externos das filiais estrangeiras, nos termos da Lei n. 4.131, saíram de um patamar de 50,8% do total em 1974 para 42,5% em 1977 e chegaram a 16,8% em 1979.

Em termos conjunturais, tal crise se expressava inicialmente pelo primeiro choque do petróleo, que significava a superfície de uma crise estrutural profunda que influía diretamente no reposicionamento estratégico do capital transnacional. Internamente, o governo brasileiro tentou reverter essas expectativas negativas, impondo um diferencial de juros atrativo para a empresa privada. Promoveu também uma política de proteção a perdas cambiais, em que as empresas, por meio da Circular n. 230, de 1974, e da Resolução n. 432, de 1977, poderiam depositar os cruzeiros no Banco Central, os quais seriam protegidos de desvalorizações crescentes de modo a garantir certa estabilidade para a tomada de novos recursos externos.

Tabela 3 – Tomadores de endividamento externo (US\$ milhões, porcentagens)

EMPRÉSTIMOS EM MOEDA VIA LEI N. 4.131/64								
	Setor privado		Privado nacional		Privado estrangeiro		Total	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
1972	1.874	75	681	27	1.194	48	2.498	100
1973	1.718	60	656	23	1.063	37	2.849	100
1974	2.012	65	432	14	1.580	51	3.110	100
1975	1.872	50	235	6	1.673	43	3.773	100
1976	1.873	49	140	4	1.733	45	3.826	100
1977	2.357	49	293	6	2.064	43	4.857	100
1978	3.512	40	466	5	3.046	35	8.829	100
1979	2.007	23	554	6	1.453	17	8.650	100
1980	1.124	23	176	4	948	20	4.811	100
1981	2.311	30	428	6	1.883	25	7.597	100

Fonte: Davidoff Cruz (1998).

Uma vez que as filiais passaram a depositar cruzeiros para saldar suas dívidas passadas, sem contrair novas em dólares, e o Banco Central assumiu tais passivos em moeda estrangeira, impulsionando a estatização da dívida, o resultado da política de *hedge* cambial do governo foi outro. A crise mundial persistiu e as condições benéficas até então determi-

nadas pelo euromercado por meio de juros baixos, *spreads* reduzidos e amortizações alongadas esgotaram-se, fazendo com que o sistema financeiro internacional deixasse de sancionar as necessidades de importação nas magnitudes requeridas pelo II PND. O papel de tomador de créditos externos voluntários para rolagem da dívida foi ficando cada vez mais a cargo da empresa estatal, que seria forçada a se endividar externamente pelo governo, transformando-se em um instrumento de ajuste macroeconômico.

Com a retomada da hegemonia estadunidense por meio da elevação abrupta de sua taxa de juros e da valorização do dólar, as condições de refinanciamento da dívida externa brasileira tornaram-se muito difíceis, esgotando-se em 1982 com a moratória mexicana. A política econômica brasileira passou do papel de indutora do processo de substituição de importações ao de submissa ao ajuste recessivo imposto pelo FMI dentro das exigências dos programas de negociação da dívida.

Assim, impôs-se uma política drástica de transferência de recursos líquidos reais ao exterior, em que seria necessário contrair radicalmente as importações e gerar sucessivos saldos comerciais, de modo a ofertar divisas em moeda forte para pagamentos de juros e amortizações da dívida externa. A política de ajuste sob tutela do FMI significava – além de medidas como contração creditícia, elevação de juros, severos ajustes fiscais, redução da expansão monetária –, em termos estruturais, o esgotamento da industrialização nos moldes desenvolvimentistas²¹. Daqui em diante, a transnacionalização da economia brasileira implicava reversões rápidas do bloco transnacional, que tinha nas ETN seu principal orientador, fazendo da política macroeconômica refém de suas apostas que agora passavam por aplicações na dívida interna pública, generosos subsídios às exportações ou à compra de insumos intermediários de empresas estatais, e ainda incentivos à conversão da dívida externa em IDE. Assim, mesmo que o capital internacional viabilizasse a implantação das forças produtivas em um esquema desenvolvimentista por um certo período, seu caráter transnacional negou a continuidade industrial ao metamorfosear-se em virtude das próprias vicissitudes do padrão mundial de acumulação nos anos 1970, quando se originou a mundialização financeira.

²¹ Sobre esse tema, ver Sampaio Jr. (1988).

3. Transnacionalização e desenvolvimento nacional em Celso Furtado

Realizada a exposição dos principais momentos de assimilação da transnacionalização na economia brasileira, é necessário entender o que significou tal processo para Furtado, e como, dele, o autor delinea os principais limites do desenvolvimentismo.

3.1 Dilemas da periferia

Durante a revisão crítica em sua obra nos anos 1970 como já destacamos, Furtado concentrou sua atenção no impacto da transnacionalização em economias periféricas. A partir do pós-guerra, a transnacionalização do capital constituiu-se para ele em uma nova era, que transformou profundamente a dinâmica do padrão mundial de acumulação capitalista. A atuação das empresas transnacionais orientadas pelo domínio do progresso técnico, sua vinculação ao endividamento externo, bem como a estreita relação com a política externa dos EUA, iriam redefinir as relações centro-periferia. No caso da economia brasileira, isso ocorreria de forma dramática nesse novo marco histórico, uma vez que o capital internacional era imprescindível para o avanço da industrialização. O problema se devia ao fato de que o desenvolvimento capitalista se combinava com a transnacionalização, exatamente no momento em que a construção de um sistema econômico nacional (SEN), potencialmente capaz de submeter a acumulação de capital aos imperativos mais amplos da coletividade, passava a perder o sentido. A concepção de SEN é crucial para Furtado, porque se trata de um conjunto de forças produtivas integradas centripetamente, ou seja, que se retroalimentam, subordinadas a um Estado nacional. Por sua lógica de operação, as ETN chocam-se frontalmente com as possibilidades de viabilização do SEN.

Para o autor, tal confronto ocorre porque as ETN têm duas identidades combinadas simultaneamente. Elas são unidades de capital com uma racionalidade instrumental e, desse modo, perseguem a máxima valorização de seus investimentos. Ao mesmo tempo, são uma fonte de poder, fruto do controle da geração de progresso técnico e de sua utilização (Furtado, 1974). Como qualquer unidade de capital colocará essa força a favor da ampliação de sua rentabilidade, executando sua estraté-

gia sem se subordinar a políticas determinadas nacionalmente. Os impactos de sua atuação em diferentes áreas geográficas influenciarão

- a) o ritmo de crescimento da riqueza (produto);
- b) o resultado líquido da acumulação de capital (investimento);
- c) a inserção, o financiamento em moeda internacional e o resultado do balanço de pagamentos (taxa de câmbio);
- d) as condições de crédito (taxa de juros);
- e) a geração e a destruição de empregos.

Sendo as unidades produtivas de capital mais sofisticadas, as ETN conseguem elevar a rentabilidade de seus investimentos tanto por meio da redução da força de trabalho quanto por meio da ampliação na livre mobilidade entre a circulação de bens e capitais (Furtado, 1976b). Resultam dessas ações a intensificação do progresso tecnológico e a exacerbação da dimensão financeira da acumulação (Furtado, 1974), que viabilizam o processo de concentração e centralização de capital. Nesse sentido, a transnacionalização é uma decorrência da própria evolução do capitalismo, que, após a Segunda Guerra, atinge um ponto de auge (Furtado, 1976b). Em um clima de intensa disputa entre EUA e URSS por áreas de influência, a expansão das ETN ganhou um fôlego extra, visto que, apesar das motivações fundamentalmente econômicas, recebeu incentivos político-institucionais que se consubstanciaram na exportação das relações sociais de produção capitalistas para vastos territórios (Furtado, 1974). Não foi por outro motivo que a reconstrução e a unificação europeia, assim como a própria recuperação japonesa, tornaram-se o campo mais fértil para o fenômeno da transnacionalização se manifestar (Furtado, 1984). Seguindo a forma organizacional complexa originada nos EUA, a concorrência intercapitalista generalizou no centro, fazendo com que as políticas econômicas nacionais desses países fossem forçadas a se adaptar às estratégias das ETN, numa clara inversão de papéis dos sistemas econômicos nacionais (Furtado, 1974).

As tensões desse processo foram inúmeras. De imediato, destacaram-se as virtuosidades do crescimento econômico, mantendo, contudo, o desemprego estrutural e a instabilidade macroeconômica (Furtado, 1976b)²².

²² Ver, por exemplo, p. 115 e ss. na referida obra.

Enquanto havia possibilidade de influenciar a ação das ETN através do planejamento econômico, minimizaram-se as tendências deletérias de sua atuação. No entanto, a perda de controle dos sistemas econômicos nacionais sobre a ação das corporações tornou-se aguda quando os mercados bancários transnacionais passaram a prover de maneira ilimitada a liquidez em múltiplas atividades, elevando ao máximo as possibilidades de mobilidade do capital (Furtado, 1976b). Libertaram-se, assim, as ETN dos mercados de créditos locais (Furtado, 1976a), em que a expansão dos bancos *offshore* lhes deu amplo suporte a sua tesouraria. Esse momento tornou-se crucial para entender como a crise dos sistemas econômicos nacionais se fez irreversível.

3.2 Crise do desenvolvimentismo brasileiro

Como fizemos referência na seção anterior, na América Latina a construção de centros nacionais de decisão, que se apoia na diversificação das atividades produtivas baseadas no mercado interno, teve sua fase decisiva no exato momento em que a acumulação capitalista perdia seus referenciais nacionais (Furtado, 1974, 1982). A conjuntura exigia a preservação de mecanismos de controle estatal, incorporando as escalas regionais e submetendo o capital internacional ao objetivo de superação do subdesenvolvimento (Furtado, 1976a, 1976b). Assim defende Furtado que o projeto nacional deveria ser articulado com alianças entre as nações, servindo como base regional para o planejamento de cada economia conforme suas particularidades (Furtado, 1976b)²³.

Contraditoriamente, a situação latino-americana, e em especial a brasileira, demonstrou que a direção tomada foi oposta, uma vez que o alcance das ETN sobre os espaços econômicos foi amplificado. Por consequência, os efeitos nocivos da internacionalização produtiva foram agravados, destacando-se

- a) a necessidade estrutural de endividamento externo para o financiamento do balanço de pagamentos;

²³ Uma abordagem acerca do pensamento político de Furtado e do papel crucial do planejamento no nível do continente latino-americano pode ser visto em Monteiro (2006).

- b) a posição subalterna no cenário internacional;
- c) a heterogeneidade estrutural do aparato produtivo;
- d) os elevados níveis de desigualdade na distribuição de renda (Furtado, 1974, 1976b).

A conjuntura histórica pós-Golpe de 1964 foi o momento crucial no acirramento dessas contradições para o Brasil, visto que também se definiram os parâmetros da oposição entre transnacionalização do capital e desenvolvimento nacional. As desregulamentações sobre a ação das ETN permitiram o incremento da mobilidade do capital, oferecendo tanto a possibilidade de remessa de lucros com menor controle, como vimos anteriormente, quanto o reforço dos canais para o endividamento externo (Furtado, 1982). O efeito das políticas forçava, segundo nosso autor, a transnacionalização precoce e potencializava seus efeitos negativos. Tratando-se de uma economia periférica, tais consequências poderiam ser resumidas no aumento da concentração de renda, combinada à intensificação das formas de subemprego e do endividamento externo (Furtado, 1974). Se, de um lado, a exigência de grandes escalas, de acesso à tecnologia e de financiamento colocava as ETN como veículos de mais rápida viabilização da industrialização pesada, de outro, ao se libertarem dos canais de financiamento locais, tais corporações se viam aptas a impor um padrão de crescimento em que reforçavam suas posições estratégicas na economia brasileira, subordinando as instituições e a política econômica aos seus raios de ação (Furtado, 1982).

Apoiada em uma nova camada social, semi-integrada à modernização dos estilos de vida copiados dos países centrais, com o auxílio de uma política econômica com vistas à diferenciação social, a conexão das ETN com o euromercado sedimentou as mazelas do subdesenvolvimento (Furtado, 1974). A observação desse fenômeno permitiria a Furtado nos anos 1970 consolidar sua posição teórica sobre dependência externa e subdesenvolvimento, qualificando-os como a persistência do colonialismo cultural das elites²⁴. Para o autor, esse é um traço que está na gênese da formação das nossas elites desde a época colonial e que, embora sofra algumas modificações ao decorrer da industrialização, no essencial permanece inalterado. A partir dessa característica, decidiu-se

²⁴ Interpretação feita a partir de Sampaio Jr. (1999a).

por adotar uma postura liberal em relação às ETN, concretizadas no arranjo institucional permanentemente favorável à sua atuação. Ou seja,

nos países periféricos, o processo de colonização cultural radica originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração, e dos grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional e cujo principal interesse é criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos engendrados pela revolução industrial. Uma vez estabelecida essa conexão, estava aberto o caminho para todas formas de “intercâmbio desigual”, que historicamente caracterizam as relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista. Mas, isolar essas formas de intercâmbio ou tratá-las como uma consequência do processo de acumulação, sem ter em conta a forma como o excedente é utilizado na periferia sob o impacto da colonização cultural, é deixar de lado aspectos essenciais do problema. (Furtado, 1974, p. 85)

A falta de criatividade política e de imaginação cultural impedia a construção de outro estilo de crescimento que enfrentasse o desafio do desenvolvimento nacional, isto é, de subordinar a incorporação de progresso técnico às necessidades do conjunto da população, de forma a eliminar a desigualdade social. A combinação de altas taxas de exploração com a expansão de um modo de vida mimetizado da elite mundial possibilitou às classes dominantes locais a modernização dos padrões de consumo, desprezando até mesmo o aumento de sua já insignificante participação na partilha dos mercados mundiais. Desse modo, o colonialismo cultural está no âmago do fenômeno do subdesenvolvimento, sendo a forma de condução da industrialização sob a transnacionalização do capital, vale dizer, ideologicamente, o desenvolvimentismo, sua culminância. Não seria por outra razão que a instauração da ditadura criaria as condições ideais para que as filiais de ETN, ao aproveitarem da sua privilegiada relação nos circuitos monetários e produtivos do centro, socializassem-se com os interesses burgueses internos, os termos da valorização capitalista intrínsecos ao bloco transnacional que tratamos anteriormente (Furtado, 1982).

Como o reingresso do IDE no mercado interno e o aumento das exportações (primárias e industriais) eram mais que suficientes ao financiamento da acumulação interna e das contas externas em meados dos anos 1970, o endividamento em moeda internacional serviria para pro-

pósitos predominantemente especulativos, conectando-se ao refinanciamento da dívida mobiliária. Dessa forma, a transnacionalização do capital chegaria ao auge com a economia política da ditadura, minimizando as bases internas de controle aos fluxos de capitais em favor da sua livre mobilidade, mas ao mesmo tempo criando as condições históricas para que as prioridades da acumulação de capital no Brasil seguissem sem grandes impedimentos e ao largo das necessidades mais urgentes das classes populares.

Com a crise da dívida nos anos 1980, ficariam, contudo, mais evidentes os efeitos da transnacionalização do capital sobre as economias periféricas. A execução de políticas recessivas de ajuste à renegociação da dívida externa imposta pelo FMI e a mando dos EUA, para proteger os credores, culminou no que o autor denominou de “nova dependência” (Furtado, 1982)²⁵. Tal fase se diferenciou da primeira, visto que a expansão do mercado interno, então principal centro dinâmico da acumulação, deixou de ser o eixo da política econômica. A reciclagem da dívida externa passou ser a prioridade, em uma permanente transferência de recursos líquidos reais ao exterior, que beneficiou a valorização do capital internacional, drenando recursos locais para o centro. “Por todas partes [da periferia] a evolução se fez em um mesmo sentido de um maior imbricamento com as finanças internacionais e de esvaziamento do Estado em sua capacidade de controle e direção da economia” (Furtado, 1982, p. 128).

Às expensas do crescimento econômico, as ETN que, desde os anos 1970, vinham internalizando plataformas exportadoras se beneficiaram de subsídios cambiais, creditícios e fiscais para reforçar o saldo comercial que seria utilizado para o serviço da dívida (Furtado, 1974, 1982). Nesse sentido, a desarticulação do esquema de crescimento econômico, que justificava ideologicamente o desenvolvimentismo, assim como a modernização dos padrões de consumo que legitimava a expansão do capital internacional, originaram uma convulsão econômica, cujos principais efeitos foram a crise cambial permanente, a aceleração da inflação e o desequilíbrio financeiro do setor público. Nem mesmo a unidade territorial – uma das poucas heranças coloniais favoráveis, que tinha se

²⁵ A interpretação dessa questão na obra de Furtado pode ser vista em Sampaio Jr. (1999b).

afirmado a partir da organização do mercado interno e de sua expansão – estaria imune ante o risco de desestruturação. Essas mazelas que explicitam os limites do desenvolvimentismo, Furtado deixou claro, ao afirmar que a crise dos anos 1980 representou

um aspecto nem sempre percebido: ela ameaça o processo de formação da nacionalidade brasileira, processo que comporta a criação de um sistema econômico integrado a partir de uma constelação de unidades agrário-exportadoras originariamente sem muitos vínculos econômicos entre si. O desenvolvimento de um mercado interno foi fator decisivo no processo de formação de muitas das grandes nações modernas, particularmente daquelas constituídas de contingentes étnicos heterogêneos, como é a nossa. Se nossa economia vem a ser dominada pela lógica da inserção internacional, a ideia de nacionalidade poderá desvanecer-se em benefício de interesses regionais, ou mesmo setoriais, e de grupos privados nacionais ou dirigidos do exterior. (Furtado, 1989, p. 60-61)

Para nosso autor, a despeito de algum dinamismo, a consolidação da industrialização brasileira, em um momento em que a transnacionalização impunha uma crise aos próprios sistemas econômicos nacionais constituídos no centro, inviabilizou a formação deles na periferia. A transnacionalização do capital, que favoreceu a semi-integração de uma parcela da população brasileira aos modernos padrões de consumo, traduziu-se pela atualização do subdesenvolvimento, exacerbando suas tendências nocivas. Aculturadas como suas congêneres latino-americanas, as elites brasileiras demonstraram ser incapazes de criar uma estratégia que blindasse o país dos efeitos deletérios da dependência.

3.3 Limites da crítica de Celso Furtado

A despeito de algumas alterações na forma do entendimento da articulação da economia brasileira à dinâmica mundial capitalista, as críticas de Furtado em relação às ETN demonstraram uma coerência ao longo de sua trajetória intelectual. No ensaio *A pré-revolução brasileira* de 1962, o autor foi claro: “devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política” (Furtado, 1962, p. 32).

No entanto, ao aprofundar a dependência externa da economia brasileira ao capital internacional, os fatos históricos tomaram rapidamente outra direção. Por isso, em sua revisão crítica que se iniciou nos anos 1970, a questão da transnacionalização do capital sempre esteve no centro das atenções. As novas ideias ficaram por conta da incapacidade histórica de o Estado brasileiro impor seus objetivos perante o avanço das ETN em nosso tecido industrial. Com o aumento da mobilidade espacial do capital internacional, a agenda de nosso autor deslocou-se, mantendo, porém, o mesmo sentido. No final dos anos 1980, Furtado reafirmou:

A ideia central, desenvolvida ao fio de dois decênios, é simples: as modificações políticas causadas pelo segundo conflito mundial conduziram à integração dos mercados das economias capitalistas industrializadas, reduzindo a capacidade reguladora dos Estados nacionais, e aumentando a autonomia de ação das grandes empresas. (Furtado, 1987, p. 10)

A solução, uma vez mais, mantinha o espírito da necessidade da regulação: “reforçar a esfera política, ou seja, aumentar o poder regulador das atividades econômicas, única forma de colocá-las a serviço da satisfação das necessidades sociais legitimamente conhecidas” (Furtado, 1987, p. 261). Agora em âmbito mundial, o reforço da política tinha como pressuposto “novas formas de cooperação internacional, que permitem estabelecer efetiva regulação em um mundo crescentemente interdependente” (Furtado, 1987, p. 261).

A teorização original sobre o enfraquecimento dos Estados nacionais, diante da mobilidade de diversas formas do capital que se corporificam em um plano de domínio transnacional, permitiu a Furtado mostrar como o “tripé” desenvolvimentista tinha em si uma debilidade intrínseca. Ao internalizar em setores estratégicos unidades de capital com ampla capacidade de transmutação e vínculos instáveis com nossa economia, o tripé garantiu o avanço capitalista, desvirtuando, todavia, o sentido maior de desenvolvimento nacional defendido pelo autor. Mas a coerência de Furtado o leva a negar que o esgotamento da era desenvolvimentista impunha também a inadequação do capital internacional às necessidades das economias periféricas. Desse modo, as possibilidades da vontade política e do reformismo são extrapoladas e passam a se apoiar em uma hipótese frágil: a da cooperação entre Estados nacionais em um ambiente de acirramento da concorrência intercapitalista.

Adicionalmente, um problema que surge em sua análise foi o de não compreender a impossibilidade de manifestar o desenvolvimento nacional já na conjuntura de Kubitschek²⁶. Muito diferente do capital internacional, sobretudo inglês, que serviu para desenvolver alguns sistemas econômicos nacionais da Segunda Revolução Industrial, o IDE ingressado durante a segunda metade dos anos 1950 na economia brasileira era de outra natureza. Naquela quadra, a transnacionalização não era outra coisa senão a expressão imperialista do controle monopolista e financeiro sobre espaços periféricos de herança colonial, cuja fase específica, muito diversa da segunda metade do século XIX, fazia dos domínios financeiro, tecnológico e social das ETN atributos inalienáveis para a contínua exportação de capital. Dado esse estágio que marcou o caráter de conquista do capital internacional a partir do pós-Segunda Guerra, os impactos poderiam ser tanto deletérios quanto imprevisíveis²⁷.

Ao ser utilizado como instrumento dessa dominação externa, o Estado brasileiro exerceu sua força interna por meio do planejamento econômico e do controle social sobre as classes populares, servindo de importante ponto de apoio na dupla articulação do bloco transnacional²⁸.

²⁶ Algo que Prado Jr. nunca teve dúvidas, tal quando afirma: “o que nesse assunto [a contribuição do capital internacional ao desenvolvimento] tem iludido e ainda ilude muitos economistas, é a equiparação sumária e injustificada que fazem entre os países subdesenvolvidos da atualidade e as áreas e setores por onde se expandiu e onde se estruturou o capitalismo nascente e em sua primeira fase de evolução. [...] Não seria o caso aqui de analisarmos as circunstâncias históricas extremamente complexas em que isso realizou, mas o fato é que a expansão capitalista se deu nas áreas primeiramente atingidas em todo seu processamento de uma identidade suficiente para desde logo incluir aquelas áreas, em pé de igualdade, num mesmo plano do sistema” (Prado Jr., 1957, p. 199).

²⁷ Prado Jr. qualifica essa questão nos seguintes termos: “a centralização do capital, ou antes, do domínio e controle do capital que se verifica no capitalismo trustificado de nossos dias, e que se acentua cada vez mais, modifica inteiramente o panorama e o caráter das inversões internacionais. [...] A diferença que há entre os modernos trustes e a empresa capitalista clássica do passado: enquanto esta última procurava adaptar-se ao mercado, o truste antes adapta o mercado a seus interesses” (Prado Jr., 1957, p. 201).

²⁸ O pressuposto dessa “dupla articulação” para entender o período, Fernandes indicou da seguinte forma: “de um lado, a ‘decisão externa’ de converter o Brasil numa economia monopolista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficiente para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por essa disposição, que iria

Em um contexto de guerra fria, esse polo político garantia a estabilidade institucional para os investimentos internacionais associados a diversos empreendimentos de capitais nacionais, em que tanto os Estados capitalistas centrais quanto suas empresas operavam com certo pragmatismo diante da ameaça do socialismo. A dominação não se constituía de maneira reflexa, mas por uma unidade complexamente determinada por diferentes formas de capitais e de diversas origens, cuja necessidade de valorização impunha o sentido maior do pacto transnacional. Furtado, ao sobre-estimar a possibilidade de a ideologia desenvolvimentista transformar-se em meios e fins aptos para superação do subdesenvolvimento, não percebeu que, entre as racionalidades instrumental e substantiva, existia uma terceira racionalidade, a imperialista, em que a associação transnacional criava uma coesão política do Estado brasileiro com o capital internacional e seus sócios. Não por outra razão, era possível manter o desenvolvimentismo em permanente adaptação, negando a autodeterminação, a democracia e a igualdade social tal como a ditadura pós-1964 nos revelou.

Furtado, embora tenha observado parte desses problemas, anos mais tarde preferiu outro caminho, a negar a ordem vigente, pois apelava para o poder cooperativo internacional, de modo a apostar na capacidade de a política multilateral regular o capital. Supondo-se possível tal articulação, o autor desconsidera o tamanho do desafio de reorientar toda a trajetória de concentração técnica e financeira do capital altamente centralizado, crendo na possibilidade de submetê-lo a desígnios civilizatórios nessa fase. O paradoxo é que a própria interpretação furtadiana revela a exata conexão entre as ETN e a rede internacional de endividamento externo, reforçando o poder do capital diante de eventuais

implantar dentro do país o esquema de organização e de crescimento econômicos intrínsecos à grande corporação. De outro lado, a ‘decisão interna’ de levar a cabo a referida transformação capitalista, tão temida por muitos povos de economia competitiva dependente e subdesenvolvida. [...] A ‘decisão interna’ de permitir e, mais que isso, de facilitar e de acelerar a irrupção do capitalismo monopolista, como uma transição estrutural e histórica, não possui o mesmo peso econômico que os fatores anteriores. No entanto, ela é central. Na sua ausência, as grandes corporações não contariam com espaço econômico e político para ir tão longe. O que quer dizer que continuariam indefinidamente presas à operação de controles econômicos segmentares, intrínsecos à sua participação na vida econômica do país (o que não as impediria de retirar o melhor quinhão do crescimento econômico interno)” (Fernandes, 1976, p. 256-258).

desvios nacionalistas guiados por uma suposta racionalidade substantiva. O nó górdio não reside apenas na impossibilidade política de reviver o desenvolvimentismo diante do enfraquecimento dos Estados nacionais, como alerta o percurso interpretativo de Furtado, mas, sobretudo, nos crescentes descaminhos da transnacionalização do capital que tornam o equacionamento com o desenvolvimento nacional uma utopia de difícil materialização.

Considerações finais

Em virtude do recente debate sobre o desenvolvimentismo, nosso artigo retomou a questão do desenvolvimento nacional, estabelecendo um diálogo com Furtado, de modo a recuperar sua abordagem sobre a transnacionalização e seus efeitos sobre as industrializações periféricas. Potencializadas por heranças de nossa formação histórica e pelas determinações estruturais do tipo da industrialização implantada, as contradições desse processo fixaram os principais condicionantes da crise do desenvolvimentismo. A fase mais complexa de nossa industrialização realizou-se ao final dos anos 1960, por intermédio do entrelaçamento das filiais de ETN a outras formas de capital, vinculando-se ao mercado financeiro internacional.

Como visto na segunda seção, foi a partir dessa vinculação entre as diferentes dimensões do capital internacional que Furtado pode afirmar uma unidade analítica entre as fases da transnacionalização na economia brasileira, fundamental para identificar os limites do desenvolvimentismo. A perda do referencial nacional na acumulação neutralizaria a possibilidade de reforçar o controle político interno da industrialização periférica, uma vez que, ao afirmar sua raiz colonial, as classes dominantes circunscritas a um bloco transnacional fariam desse novo patamar da dependência o motor da modernização dos padrões de consumo, de modo a reiterar o curso de uma sociedade cindida e distante das veleidades civilizatórias.

A despeito da relevante interpretação de Furtado, que nos permite visualizar esse movimento com nitidez e, desse modo, entender as fissuras no desenvolvimentismo, permanece sua insistência reformista, apelando para uma agenda de regulação do capitalismo em âmbito

internacional. Assim, mesmo partindo do legado furtadiano, o momento histórico que vivemos exige mais, visto que é imprescindível compreender como a livre mobilidade conquistada pelo capital é o que continua norteando a atual fase de acumulação. Tal como antes, essa fase é aglutinadora dos interesses locais, mas agora está encarnada transnacionalmente numa dominância financeira cuja contradição é a permanente crise e reprodução da barbárie. Numa economia dependente e subdesenvolvida como a brasileira, esse processo transnacional revela os próprios entraves históricos da sua formação, exigindo de nós respostas para além do desenvolvimentismo.

Referências bibliográficas

- ALIBER, Robert. The multinational enterprise in a multiple currency world. In: DUNNING, J. H. *The multinational enterprise*. London: George Allen & Unwin, 1971.
- ANDREFF, Wladimir. *Multinacionais globais*. Bauru: EDUSC, 2000.
- AREND, Marcelo. *50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária*. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009 (Tese de Doutorado).
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BENAYON, Adriano. *Globalização versus desenvolvimento*. São Paulo: Escrituras, 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2000.
- BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRAGA, José Carlos de Souza; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. *Texto para Discussão*. São Paulo, n. 275, nov. 2010.
- BROWN, Barratt. *Economia do imperialismo*. Lisboa: Ulisseia, 1974.
- BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
- CAVES, Richard E. International corporations: the industrial economics of foreign investment. In: DUNNING, John H. (ed.). *International investment*. London: Penguim Books, 1972.

- CAMPOS, Roberto. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, v. 1, 2012.
- CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Estudos Avançados*, v. 26, 2012.
- CHANDLER, Alfred. *Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 5, p. 1-30, dez. 1995.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COSTA, Maria Roselene B. *Capital estrangeiro e desenvolvimento econômico: cinco décadas do investimento direto estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008 (Dissertação de Mestrado).
- COUTINHO, Luciano Galvão. *The internationalization of oligopoly capital*. Ithaca, 1975 (Thesis of Doctored, Cornell University).
- COUTINHO, Luciano Galvão. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. *Economia e Sociedade*, v. 1, 1992.
- COUTINHO, Luciano Galvão; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, v. 7, p. 29-49, dez. 1996.
- DAVIDOFF CRUZ, Paulo. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos 70. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.
- DAVIDOFF CRUZ, Paulo. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 70*. 2. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1999.
- DUNNING, John H. (ed.). *International investment*. London: Penguim Books, 1972.
- DUNNING, John H. The determinants of international production. *Oxford Economic Papers*, v. 25, n. 3, 1973.
- DUNNING, John H. *International production and the multinational enterprise*. London: George Allen & Unwin, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- ECONOMIA e Sociedade*, v. 21, número especial, dez. 2012.

- FAJNZYLBBER, Fernando. *Industrialización e internacionalización em la América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1980, 2 v.
- FALETTTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- FURTADO, Celso Monteiro. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso Monteiro. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso Monteiro. *A economia latino-americana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976a.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976b.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.
- FURTADO, Celso Monteiro. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.
- FURTADO, Celso Monteiro. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Cultura e desenvolvimento em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FURTADO, Celso Monteiro. *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 (1975).
- FRANK, Andre Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo em America Latina*. Bueno Aires: Signos, 1970.
- FRANK, Andre Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado industrial*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- GENNARI, Adilson Marques. *Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessas de lucros no governo Goulart*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- GILPIN, Robert. *U.S. power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment*. New York: Basic Books, 1975.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Empresas transnacionais e internacionalização da produção*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social & Sociedade*, v. 112, 2012.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas. Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GUDIN, Eugênio. *Análise de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- HADLER, João Paulo de Toledo. *Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. São Paulo: Alameda, 2012.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSON, John Atkinson. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- HOBSON, John Atkinson. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HYMER, Stephen. *The international operations of national firms: a study in direct foreign investment*. Cambridge, 1960 (Thesis of Doctored, MIT, Cambridge).
- HYMER, Stephen. *La compañía multinacional: un enfoque radical*. Madrid: H. Blume, 1982.
- HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- HYMER, Stephen; ROWTHORN, Robert. Corporaciones multinacionales y oligopolio internacional: el desafio no americano. In: TESTA, Victor. *Empresas multinacionales e imperialismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. *História & Luta de Classes*, n. 6, nov. 2008.
- KEMP, Tom. *Theories of imperialism*. London: Dobson Books, 1976.
- KINDLEBERGER, Charles. Poor the international firm and the international capital market. *The Southern Economic Journal*, v. 34, n. 2, 1967.
- KINDLEBERGER, Charles. *American business abroad. Six lectures on direct investment*. New Haven/London: Yale University Press, 1969.
- KREGEL, Jan A. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. *Economia e Sociedade*, v. 7, p. 29-49, dez. 1996.
- LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até os dias de hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, (1969).
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso*. 2. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998. LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

- LIMA FILHO, Paulo Alves de. Nuvens negras sobre a República: o paraíso em trevas. Desafios à emancipação no Brasil. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, n. 80, 2007. Disponível em <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/07/palf.htm>>. Acesso em 15/4/2012.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAGDOFF, Henry Samuel. *A era do imperialismo: a economia norte-americana*. Lisboa: Portucalense, 1972.
- MANDEL, Ernest Ezra. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 2. ed. México: Siglo Veintiuno, 1970.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 2. ed. México: Era, 1974.
- MARINI, Ruy Mauro. Sobre o socialismo: notas 1991-1992, mimeo, 1992. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/040_sobre_socialismo_port.htm>. Acesso em 31/5/2014.
- MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 11. ed. São Paulo/Campinas: Editora UNESP/Editora FACAMP, 2009.
- MERCADANTE, A. *As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula*. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010 (Tese de Doutorado).
- MICHALET, Charles Albert. *O capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MOLLO, Maria de Lourdes e FONSECA, Pedro César Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de Economia Política*, v. 33, 2013.
- MONTEIRO, Krishna Mendes. *O desencantamento da razão: a ideologia política de Celso Furtado (1972-1992)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- MORAES, Orozimbo José. *O investimento direto estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.
- MOURA, Aristóteles. *Capitais estrangeiros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- NONNENBERG, Marcelo José Braga. *Determinantes dos investimentos externos e impactos das empresas multinacionais no Brasil: 1956/2000*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002 (Tese de Doutorado).
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PALMA, Gabriel. Dependencia y desarrollo: una visión crítica. In: SEERS, Dudley. *Teoría de la dependencia: una revaluación crítica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *Socialist register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- PEREIRA, José Eduardo de Carvalho. *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966/73*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974 (Relatório de Pesquisa n. 27).
- PRADO JR., Caio. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- REICH, Robert B. *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21*. São Paulo: Educator, 1994.
- REDE Desenvolvimentista. Vários autores. Disponível em <<http://www.reded.net.br>>. Acesso em 1º/6/2014.
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984*. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1988 (Dissertação de Mestrado).
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. O impasse da formação nacional. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Economia Ensaios*, v. 22, 2008.
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, v. 1, 2012.
- SANTOS, Maria Odete. *Nação e mundialização no pensamento de Celso Furtado*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998 (Tese de Doutorado).
- SCHERER, André Luís Forti. As raízes financeiras do investimento direto estrangeiro: notas sobre a experiência brasileira recente. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 81-128, 1999.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SEFARTI, Clude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização das políticas liberais. In: CHESNAIS, François (org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- SERVAN-SCHREIBER, Jean Jacques. *O desafio americano*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1968.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.
- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. *Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole, 2005.
- SINGER, Paul. *A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- SUNKEL, Osvaldo; GRIFFITH-JONES, Stephany. *O fim de uma ilusão*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação. In: TAVARES,

- Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o Golpe de 64*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- VERNON, R. The international investment and international trade in product cycle. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 80, n. 2, 1966.
- VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 21, 2007.
- VIEIRA, Wilson. *A construção da nação no pensamento de Celso Furtado*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010 (Tese de Doutorado).
- ZONINSEIN, Jonas; TEIXEIRA, Aloísio. *Joint ventures (JV) na industrialização brasileira: notas para o estudo das formas do capital*. *Texto para Discussão*. IEI-UFRJ, n. 29, 1983.